

O dever de casa

Economia - Bicam

O povo está sempre disposto a todos os sacrifícios pelo bem comum. *Salus populi suprema lex esto*, diziam os romanos. Não há nada que se sobreponha ao objetivo de salvar a pátria. Devemos ter presente esse lema nos grandes momentos históricos, com toda solenidade. O que não dá é invocá-lo com uma retórica de auto-elogo e distorção da realidade.

Vivemos numa era de falsificação semântica. Chama-se ajuste fiscal ao aumento de impostos; flexibilização ao arrocho salarial; terceirização à burla das leis trabalhistas; banda cambial à desvalorização; privatização à queima do patrimônio público; dever de casa ao cumprimento das normas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – e assim por diante, numa sucessão de eufemismos.

Vamos nos deter um pouco nesse dever de casa tão falado ultimamente. O termo se generalizou como tradução fiel do inglês *homework*, mas com um sentido específico, em circulação nos organismos controladores da economia mundial e trazido para cá pelos nossos tecnocratas formados em universidades dos EUA. Significa originariamente tarefa que o mestre passa ao aluno, para ser executada fora da escola. Traz um gosto de pedagogia dos tempos da palmatória. Sob a batuta do FMI, o país-estudante que não faz o dever de casa deve pedir *waiver*, uma palavra de sentido altamente humilhante, como registram os bons dicionários de inglês. Mas nem isso evita os castigos que a autoridade superior aplica. Na linguagem em voga, dever de casa tem essa mesma acepção deprimente.

Ante a histeria especulativa de que o nosso país está sendo alvo nestes dias, o brasileiro comum não vacila: quer ver a crise superada, o crescimento recuperado e a inflação jugulada. Apertará mais o cinto se for necessário, em nome de uma causa patriótica. O que não admite, o que condena no atual processo é a recusa, por parte do Poder Público, em reconhecer as causas profundas da crise e a responsabilidade em ter tardado tanto para evitá-las, em vez de glorificar a sua política econômica.

O Brasil que aí está configurado é irreconhecível. O presidente da República arquiva o pacto federativo e assume posições de monarca. Cita os seus milhões de votos como se estes lhe dessem um cheque em branco. Esquece que os votos que elegeram governadores e prefeitos têm o mesmo valor institucional dos que o fizeram presidente. Alega que “a autoridade maior deste país é o presidente da República”, título não expresso na Constituição. Na realidade, ele é o chefe do Poder Executivo, auxiliado pelos ministros de Estado. Não está acima dos demais poderes, como qualquer criança sabe. Chefe do governo não é chefe da Nação, título dado a Getúlio Vargas no tempo do Estado Novo. E o país se chama República Federativa do Brasil, enquanto que o que temos aí é o que há de mais parecido com uma República unitária.

Nesse clima, o papel da equipe econômica do governo é falsamente superdimensionado. Veja-se o caso do ex-presidente do Banco Central. Hoje parece fácil enxergar que aquele olhar esgazeado, aquela barbicha rala e aquele cabelo caprichosamente despenteado não anunciam nada de bom. Mas a claque governista o elogiava como defensor intransigente do Real. Agora exalta, ao revés, o câmbio flutuante. Mas esse tecnocrata ao menos falava claro. Ao passo que seu sucessor é tão ininteligível que, em comparação, o economês habitual do ministro da Fazenda vira a própria translucidez do pensamento.

Assim chegamos a uma situação que prenuncia não somente maiores sofrimentos para o povo, obrigado a pagar a conta da imprevisão e da inépcia, como um calvário de humilhações perante um organismo estrangeiro. Tal é o dramático sentido desse *homework* em nome do qual se convoca o país ao supremo sacrifício. Se isso fosse feito em nome do interesse nacional, em defesa da soberania nacional, iríamos assistir a uma mobilização popular sem precedentes na história. Todos acorreriam ao apelo e não haveria problema. Mas essa do dever de casa é o lema da subserviência, que repugna aos brasileiros.